



(Tradução)

Assunto: Interpelação escrita apresentada pela Deputada à Assembleia Legislativa, Wong Kit Cheng

Na sequência da interpelação escrita apresentada pela Deputada Wong Kit Cheng, de 18 de Julho de 2025, enviada a coberto do ofício da Assembleia Legislativa n.º 715/E587/VII/GPAL/2025, de 29 de Julho de 2025, e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo em 30 de Julho de 2025, após auscultar a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça (DSAJ) e a Polícia Judiciária (PJ), cumpre a este Gabinete dar as seguintes respostas:

Em relação ao ponto 1 da interpelação, a DSAJ esclarece que caso um criminoso utilize a tecnologia de Inteligência Artificial (IA) para a prática, entre outros, de crimes de falsificação e de burla, o agente poderá ser responsabilizado penalmente nos termos do Código Penal, da Lei de combate à criminalidade informática e de outras leis penais avulsas. No que respeita às instruções sobre as técnicas de aplicação e a identificação da IA, entre outras, os serviços competentes do Governo da Região Administrativa Especial de Macau irão continuar a acompanhar as situações da aplicação e do desenvolvimento das técnicas da IA, estudando e tomando como referência as experiências e as práticas relevantes do Interior da China e de outros países e regiões.

Quanto ao ponto 2 da interpelação, a PJ tem-se empenhado na formação de talentos na área da cibersegurança. Nos termos da Lei n.º 17/2020 (Regime das carreiras especiais da Polícia Judiciária), foram criadas carreiras especiais de técnico superior de ciências forenses e de técnico de ciências forenses na área de provas electrónicas, e têm vindo a ser sistematicamente desenvolvidos processos de recrutamento, ingresso, formação, estágio, prestação de provas e de acesso para garantir que haja pessoal com capacidade forense e qualidade profissional, no intuito de aumentar a eficácia de execução de lei.



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
保安司司長辦公室
Gabinete do Secretário para a Segurança

(Tradução)

Em simultâneo, a PJ tem continuado a enviar pessoal além-fronteiras para participar em diferentes tipos de formação profissional, palestras e seminários sobre cibersegurança organizados pelos departamentos de execução da lei e entidades profissionais locais, e incentiva e apoia o seu pessoal a obter certificações profissionais reconhecidas a nível nacional, tais como a “Certificação Nacional sobre o Registo dos Profissionais de Segurança da Informação” e a “*National Certified Cybersecurity Defense Professional*”, com vista a reforçar a capacidade de aplicação da lei no âmbito cibernético em várias dimensões e mecanismos de resposta eficaz relativos aos diferentes tipos de riscos cibernéticos e a actividades ilícitas.

Relativamente ao ponto 3 da interpelação, a PJ tem estabelecido mecanismos de cooperação e comunicação com os departamentos de execução da lei e de cibersegurança das regiões vizinhas, bem como com a Interpol, para desenvolver, de forma contínua, a colaboração em áreas específicas, a partilha de informações e o intercâmbio de técnicas contra os crimes transfronteiriços e com recurso à tecnologia de IA. Além disso, está planeado o envio de pessoal para participar na “Conferência Forense Digital e Inteligência Artificial” organizada pela Interpol, que terá lugar no Japão em finais de Outubro do corrente ano, a fim de trocar informações sobre as mais recentes tendências de desenvolvimento da referida criminalidade e estudar estratégias de resposta conjuntas.

O Chefe do Gabinete do Secretário para a Segurança

Chang Cheong

15 de Agosto de 2025